

Política de juros elevados é causa do subdesenvolvimento

Vilson Souza

A intermediação financeira nos países avançados está a serviço dos interesses produtivos e do bem-estar da nação. É sócia do desenvolvimento, participando do risco empresarial na produção e criação de riquezas.



No Brasil, ao contrário, as forças produtivas trabalham para a especulação financeira desenfreada que suga todo e qualquer esforço de crescimento econômico. É essa especulação que condena os nossos assalariados à miséria, ao desconforto, à insegurança e à falta de perspectiva. Tanto assim que, em países industrializados, a participação dos custos financeiros na renda nacional equivale no máximo a 10%, enquanto no Brasil ultrapassa a casa dos 25%. O que significa uma transferência brutal de rendas de toda a sociedade brasileira para o setor financeiro. Em 1988, essa transferência foi de mais de 75 bilhões de dólares, enquanto gastos governamentais essenciais são cortados, suprimidos pela incapacidade financeira do Tesouro. Segundo o secretário do Tesouro Nacional, não há mais como comprimir as despesas do governo, pois até a merenda escolar — fonte básica da alimentação de milhões de crianças brasileiras — já foi cortada. Ora, sobram recursos para transferir ao mercado financeiro, enquanto nossas crianças, como o futuro do Brasil, são condenadas à subnutrição e a lesões irrecuperáveis em seu desenvolvimento.

Por outro lado, é essa brutal e escandalosa transferência de renda ao setor financeiro, acarretando custos insuportáveis às empresas produtivas nacionais, que tem provocado o arrocho salarial, condenando ao desespero milhões de brasileiros.

A fatia dos salários na renda interna urbana, que em 1949 era de 56,6%, foi encolhendo progressivamente até chegar, em 1988, a 38%. A massa de salários, no período de 80 a 88, diminuiu 23,8% nas cidades brasileiras. Adotando-se este parâmetro, pode-se afirmar que a participação do total dos salários na renda interna está, hoje, em torno de 29%, contra os 25% da intermediação financeira. Salários no Brasil pouco apropriam do que é produzido no País, ao contrário do que ocorre em economias mais desenvolvidas, onde representam mais de 60% da renda nacional.

No Brasil, aumentam-se juros para qualquer problema conjuntural da economia. Em outros países, isso não ocorre porque sabem o efeito devastador que juros elevados causam ao funcionamento da atividade econômica.

Vale lembrar que ainda recentemente os industriais ingleses protestaram contra a política de elevação de juros perseguida pelo governo Thatcher, como forma de controlar a inflação, alegando que tal prática desorganizaria a economia inglesa, provocando uma recessão desnecessária e agravando a competitividade internacional dos produtos ingleses. O governo japonês, por seu turno, reduziu as taxas de juro de 3% ao ano para 2,5%, como forma de incentivar os investimentos e aumentar o padrão de vida, já bastante elevado, do seu povo.

Quando atravessam o Atlântico, esses mesmos senhores, escudados nos organismos internacionais, advogam políticas que não querem ver impostas em seus países porque sabem prejudiciais aos seus interesses nacionais.

A economia brasileira não é apenas viável como é também capaz de exibir um dinamismo extraordinário de crescimento econômico. As oportunidades são muitas. É só saber aproveitá-las. Mas, para tal, é preciso em primeiro lugar que se tenha um governo voltado aos mais altos interesses nacionais e que crie, portanto, as condições internas imprescindíveis para a retomada dos investimentos. Isto exige desfazer os choques de custos que a economia tem sofrido constantemente e recuperar o poder de compra dos salários. A seguir, é preciso enfrentar a questão do endividamento interno, alterando a remuneração e o perfil do giro da dívida para recuperar a capacidade de financiamento a longo prazo não inflacionário da economia. A política econômica deve ser orientada para ampliar o mercado doméstico, expandindo o nível de renda agregada e o emprego. Por outro lado, os investimentos públicos devem priorizar os setores com menor componente de insumos importados e mais intensivos em mão-de-obra. Finalmente, é preciso renegociar soberanamente a dívida externa em condições mais favoráveis de prazos e juros, para diminuir as pressões sobre contas cambiais, liberar recursos para investimento e amortecer o ritmo inflacionário.

Vilson Souza é deputado federal (PSDB-SC) e professor de Direito da FURB.